

Cláudio Zunguene 

Doutorando em Inovação Educativa  
Universidade Católica de Moçambique  
FCSH- Universidade Lúrio, Ilha de Moçambique  
czunguene@unilurio.ac.mz

Evangelina Bonifácio 

Doutorada em Teoria e História da Educação  
Universidade de Salamanca  
CITED - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal  
evangelina@ipb.pt

## ENTRE NARRATIVAS E IDENTIDADES: O JARDIM DA MEMÓRIA DA ESCRAVATURA DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

### Resumo

O Jardim da Memória da Escravatura foi criado no ano de 2007 como um espaço de uso comunitário que simboliza o difícil momento de escravidão na Costa Oriental africana e, de forma particular, as vítimas do tráfico negreiro que durante séculos assolou Moçambique. A sua existência no contexto patrimonial da cidade procura resgatar a história e a memória do povo, guardando vivas as tradições africanas e moçambicanas, pois aqui acontecem algumas manifestações culturais. Assim, procurou-se compreender as diversas formas de utilização do espaço pela comunidade da Ilha e pelos visitantes, bem como compreender as suas diversificadas formas de interpretação e apropriação do espaço, considerando a importância da salvaguarda da identidade patrimonial da Ilha de Moçambique, dando voz aos habitantes deste lugar. Com base na revisão bibliográfica e no estudo documental, entendeu-se que a opção metodológica ajustada deveria ser de âmbito qualitativa e com recurso às entrevistas semiestruturadas e à observação participante. O estudo concluiu existir algum conhecimento sobre o significado do monumento e as razões subjacentes à sua edificação, tendo sido destacado o reconhecimento da importância da sua salvaguarda, o que em parte ressalta a necessidade de intensificação de ações de educação patrimonial, visando a apropriação e o sentido de pertença.

**Palavras-chave:** Jardim da Memória; identidades, narrativas; interpretação; educação patrimonial.

## BETWEEN NARRATIVES AND IDENTITIES: THE GARDEN OF MEMORY OF SLAVERY ON THE ISLAND OF MOZAMBIQUE

### Abstract

The Garden of Memory of Slavery was created in 2007 as a community space symbolising the difficult period of slavery on the east coast of Africa and, in particular, the victims of the slave trade that ravaged Mozambique for centuries. Its existence in the city's heritage context seeks to rescue the history and memory of the people, keeping African and Mozambican traditions alive, as cultural events are held here. Thus, we sought to understand the various ways in which the space is used by the island's community and visitors, as well as to understand their diverse ways of interpreting and appropriating the space, considering the importance of safeguarding the heritage identity of the Island of Mozambique and giving a voice to its inhabitants. Based on the literature review and documentary study, it was understood that the appropriate methodological option should be qualitative in scope, using semi-structured interviews and participant observation. The study concluded that there is some knowledge about the meaning of the monument and the reasons behind its construction, highlighting the recognition of the importance of its preservation, which in part emphasises the need to intensify heritage education actions, aiming at appropriation and a sense of belonging.

**Keywords:** Garden of Memory; identities, narratives; interpretation; heritage education.

## INTRODUÇÃO

A Política de Monumentos, aprovada pela Resolução nº 12/2020, enquadra o Jardim da Memória da Escravatura na categoria de monumento memorial ou comemorativo e não genuinamente histórico, apesar de estar integrado no conjunto arquitetónico e urbanístico da Ilha de Moçambique, inscrita na Lista do Património Mundial pela UNESCO em 1991. Ora, de acordo com a Lei nº 10/88 de Moçambique, são considerados conjuntos: as cidades antigas, as zonas antigas das principais cidades e os núcleos urbanos antigos como o Ibo e a Ilha de Moçambique, desde que sejam anteriores ao ano de 1920.

O Jardim da Memória da Escravatura na Ilha de Moçambique, doravante designado por JME. A sua construção procurou resgatar o passado de África, bem como as potencialidades e atributos culturais da cidade e da comunidade local, visando a promoção dos valores e tradições moçambicanas enquanto elementos de reforço da identidade cultural e valorização da memória coletiva. Pode-se enquadrar e interpretar o JME como sendo o espaço simbólico que recorda o “dever de memória” que hoje nos é imposto e que instaura um estado culpabilizante estimulado pela necessidade moral da rememoração (Jeudy, 2005).

O monumento surge no âmbito do Programa “Estrelas Memórias nas Ilhas e Países do Oceano Índico”, iniciado pela UNESCO em 2004, no quadro do Projecto Internacional da Rota da Escravatura. A sua inauguração foi no dia 23 de Agosto de 2007, dia Internacional da abolição da escravatura. A concretização deste Projeto em Moçambique contou com o apoio da Embaixada da França, o Conselho Regional da Ilha Reunião, Conselho Geral da Ilha Reunião, o Governo moçambicano, através do Ministerio da Educação, a Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique (AAIM), entre outros organismos nacionais e internacionais.

Trata-se de um espaço que é utilizado para diversas funções sociais e culturais, pelo que importa (re)conhecer que memórias, histórias, afetos e significados, os habitantes, atribuem a este lugar emblemático.

Nesse sentido, emergiram algumas questões relativamente a este lugar e elegeu-se como questão orientadora a seguinte: Que memória(s), significado(s) e afecto(s) transporta o JME para os habitantes deste lugar? Assim, o objetivo central deste artigo é compreender o significado do monumento para a comunidade. Como objetivos específicos delinearam-se os

seguintes: i) Entender as diferentes formas de interpretação e apropriação sobre o espaço;

ii) Perceber se este espaço é ponto de referência e de identidade dos habitantes da Ilha.

Face ao que foi explicitado, optou-se por dar voz aos habitantes desta geografia na tentativa de preservar e resgatar o património material e imaterial deste lugar, como veremos oportunamente.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

### (Re)visitar o passado e (re)construir o presente

O Jardim da Memória da Escravatura da Ilha de Moçambique é o terceiro edificado a nível mundial, situando-se o primeiro na Ilha Reunião (localizado na Costa Oriental Africana), o segundo na República do Madagáscar e o quarto foi construído no ano de 2010, na Índia, concretamente no último ano da implementação do Projeto anteriormente mencionado. A escolha da implantação do JME, na Ilha de Moçambique, prendeu-se com o facto da Ilha ter sido o ponto de convergência de rotas de navegações e de culturas (africanas, árabe, chinesa, indiana, europeia, entre outras) e a primeira capital do país, até ao século XIX, sendo o centro do comércio intercontinental e a ponte entre a Europa e o Ocidente (Capela, 2002).

Segundo Soumonni (2017), “a história da escravidão, na África ou em outros lugares, não é tarefa fácil (p.19)”. O mesmo autor justifica a sua posição alegando dificuldades ligadas à definição do termo “escravidão”, devido às múltiplas influências externas e à possibilidade de leituras e de referências de diversos historiadores, pelo que sublinha que uma análise objetiva é demasiado complexa e, quiçá, inatingível.

Ainda que a escravidão seja um acontecimento muito antigo, está claro que o negro africano foi alvo e vítima da migração forçada e das mais impressionantes da história da humanidade, introduzida pelo tráfico negreiro transatlântico. A este propósito, Soumonni (2017) ressalta que a escravidão foi interpretada inicialmente, por alguns negreiros, como sendo algo natural e endémica nas sociedades africanas, o que teria favorecido o desenvolvimento futuro do comércio de escravos, seguindo-se a procura de mão-de-obra servil na África muçulmana ou nos países da Europa marítima.

Recorda-se que Capela (2002), refere que a Ilha de Moçambique foi até ao século XIX, um dos principais pontos de entrada e saída de escravos para os quatro cantos do mundo, o que é demonstrado pela existência de feitorias e rampas que aí permanecem como testemunho do passado. Da Ilha de Moçambique, partiram como ponto de trânsito centenas de mulheres, homens e crianças que aqui primeiramente eram armazenados, vendidos e depois levados para várias partes do Mundo como as Ilhas do Oceano Índico, América do Sul e do Norte, Ilhas Caraíbas e das Antilhas, Golfo Pérsico, entre outras regiões do mundo.

Refira-se como exemplo que, em 1819, entraram na Ilha de Moçambique cerca de 10.444 escravos, número acima da população que na altura vivia nesta cidade (Capela, 2022). Todavia, tendo em conta os maus-tratos a que os escravos eram submetidos, morreram 1.200 antes de serem vendidos; 9.244 foram comprados; 1804 morreram após terem sido comprados; embarcaram 7.440 escravos, morreram pelo caminho, 2.196 e só chegaram ao destino (Brasil) 5.244 escravos<sup>1</sup>.

Relembra-se que a França foi o país que mais de destacou no tráfico de escravos e nessa ordem de ideias Capela (2002), refere que “não há dúvida que o tráfico inspirado pelos franceses trouxera para os portos de Moçambique uma nova dinâmica que estava consolidada na segunda metade do século” (p. 41). O mesmo autor que dedicou parte da sua vida ao estudo do tráfico de escravos nos portos de Moçambique, afirmou que

Em 1772 chegaram às Ilhas de Cabo Delgado os dois primeiros navios de praças francesas, Bordéus e Lorient, que deram início ao tráfico sistemático da costa oriental de África para as colónias francesas do Atlântico. Dois anos depois os franceses foram impedidos de adquirir escravos em Madagáscar onde o preço tinha entrado em alta. Então já os franceses estavam a abastecer não somente as suas colónias, mas também Tafel Bay, a pretexto de levarem os escravos para as Maurícias. Uma relação de finais da década de setenta sobre Moçambique dá-nos o panorama sobre o comércio com os franceses. Cada ano, os navios da mesma nacionalidade, no porto de Moçambique, eram 5 ou 6 vezes, às vezes mais. Levavam entre 1500 a 2000 escravos, números às vezes ultrapassados. Pagavam os direitos, à saída, duas patacas por cabeça e ao governador quatro, além de uma avultada gratificação, na proporção do carregamento. Em Angoche, os mouros de Anjoane trocavam armas de pólvora, compradas aos ingleses e franceses, por escravos e marfim. Os escravos negociados eram maioritariamente, se não totalmente, macuas. Os senhores dos prazos satisfaziam-se com as rendas e tributos dos colonos e “com o ouro que seus escravos oferecem como mimo”. Foi a frequência dos franceses em Moçambique que excitou o comércio com os macuas e com os ajaus (Capela, 2002, pp. 41-42).

<sup>1</sup> Números retirados do Boletim informativo de apresentação do monumento elaborado pelo Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique (GACIM).

Face ao explicitado, o grande significado deste JME reside no resgate da história e vivências do passado que ninguém poderá apagar ou dissipar. Por outro lado, tornou-se uma referência para promover a fraternidade e a cooperação, bem como o desenvolvimento sócio-económico local e regional entre os habitantes, preservando no tempo futuro as formas forçadas e casuais que determinaram o encontro entre os povos no passado. De igual modo, contribui para manter os laços histórico-culturais que cristalizaram ao longo dos séculos e que importa conhecer e resgatar como forma de valorizar a história da Ilha de Moçambique, de Moçambique e da Humanidade. Essa acepção é corroborada por Jeudy (2005), quando refere que “os signos identitários não expressam uma soberania que lhes seja própria, mas funcionam nesse caso como “marcadores”, índices de uma singularidade cultural mantida e exibida” (p. 28).

A concepção do Jardim da Memória da Escravatura teve em conta a cultura africana, pois foi pensado, construído e materializado num formato circular. Quer isto dizer que é representativo da convivência africana que, em regra, se desenrola à volta de círculos (os encontros de aprendizagem, as danças, a iniciação, reuniões, entre outras atividades). Neste caso, apresenta uma estrutura arquitetónica formada por três círculos, sendo o primeiro, logo à entrada, e que simboliza o lugar de encontro/jardim público, com quatro bancos, também expostos em círculos.

O segundo, mais para o interior do Jardim, simboliza o lugar de iniciações/jardim da história, onde se encontram diferentes bustos de madeira, feitos por artífices moçambicanos (Elias João Mungus e Manuel José Rita) e da Ilha Reunião (Arius e Mary Batis Kaf). Além do mais, pode-se encontrar uma réplica de um barco que simboliza o meio pelo qual vários escravos foram transportados para além-fronteiras, ou seja, é de algum modo representativo do corte de laços familiares com a terra de origem.

Por último, encontra-se o terceiro círculo, designado de círculo de reflexão/espaço da experiência pessoal e íntima, situado fora das quatro paredes do JME e que tem uma impressionante vista para a Baía de Mossuril. Simboliza o lugar de meditação e de introspeção, pelo que ao centro, deste círculo, existe um banco que possibilita esses momentos de reflexão pessoal e interior. A volta do mesmo círculo, encontram-se marcados doze pontos cardeais, que simbolizam, os vários cantos do mundo para onde as pessoas

iam (e foram) na esperança de regresso e/ou na incerteza do destino. Do outro lado da Baía do Mossuril e, concretamente, na vila sede do Distrito de Mossuril, localizam-se dois importantes monumentos ligados ao tráfico negreiro, nomeadamente, a Rampa dos Escravos e a Feitoria de Escravos, espaços usados actualmente para fins turísticos e de educação escolar. De salientar que estes lugares, guardam até os dias de hoje, vestígios materiais importantes e reveladores dos diversos usos ligados ao tráfico negreiro, pelo que os dois monumentos têm sido objeto de ações de conservação preventiva por parte das entidades locais ao abrigo da Lei nº 10/88<sup>2</sup>.



**Figura 1.** Fachada posterior do Jardim, com vista para a Baía do Mossuril.  
Fonte: Thomas Mello (2024)

### **Patrimonialização, atributos e valores culturais da Ilha de Moçambique**

A Ilha de Moçambique está intimamente associada a valores culturais desde as tradições vivas da presença swahili<sup>3</sup> e macua<sup>4</sup>, materializados pelas danças e técnicas de construção tradicionais, bem como as obras artísticas de significado universal excepcional. Os valores culturais da Ilha de Moçambique estão também relacionados com acontecimentos históricos particulares, tendo sido um importante entreposto de ligação da Europa ao Oriente e tráfico de escravos. Por esses motivos, foi declarada Património Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1991 através dos critérios IV e VI do ICOMOS, abaixo descritos:

<sup>2</sup> Lei que determina a proteção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano.

<sup>3</sup> Língua e cultura resultante do contacto entre os árabes e os povos locais da Costa Oriental Africana.

<sup>4</sup> Grupo etnolinguístico da região norte de Moçambique (Nampula, Zambézia e Cabo Delgado).

A cidade e as fortificações da Ilha de Moçambique são exemplos excepcionais da arquitectura e técnicas de construção, onde as tradições locais, a influência portuguesa e, até certo ponto, a influência árabe e indiana se amalgam. Alguns materiais usados e a persistência dos princípios decorativos ilustram uma etapa significativa na história humana. A tipologia da arquitetura tradicional do Macuti<sup>5</sup> demonstra a coexistência de dois diferentes estilos arquitetônicos ao longo do tempo e no espaço.

A comunidade da Ilha de Moçambique está intimamente associada à história da navegação no Oceano Índico. A Ilha desempenhou um papel único nas ligações intercontinentais, com importância histórica mundial relacionada com o desenvolvimento e estabelecimento de rotas marítimas entre a Europa Ocidental Portuguesa e o sub-continente indiano. A riqueza do patrimônio intangível, também relacionado com os aspectos tangíveis da Ilha, reflete as interações entre pessoas diferentes, desde tempos imemoriais (p. 16).

A Ilha de Moçambique constitui uma excepcional e incontornável manifestação da fusão cultural na costa oriental africana, durante vários séculos, entre diferentes povos e culturas desde os de origem Bantu, Swahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia. Esta confluência de culturas manifesta-se não só através do património edificado, mas, também, através da língua local – naharra, uma variante do macua de origem swahili, falada pela população da Ilha e pelos habitantes do distrito de Nacala Porto.

Embora a questão da escravatura não esteja mencionada, de forma clara, nos critérios de classificação da Ilha de Mocambique à categoria de Património Mundial, comprehende-se que a existência do JME na Ilha de Moçambique se enquadra no conceito de paisagem cultural do Comité do Património Mundial que ressalta a relação entre a cultura e o meio natural, entre as pessoas e o seu ambiente. Essa concepção segundo Fowler (2003) abarca também ideias de pertença, significado, valor e singularidade do lugar.

Winter (2007) referindo-se às directrizes da Recomendação R (95), que versam sobre a Convenção integrada das áreas de paisagens culturais como constituintes das políticas paisagísticas, destaca um triplo significado da paisagem cultural, nomeadamente, referindo que

Em primeiro lugar as paisagens são definidas e caracterizadas segundo a maneira pela qual determinado território é percebido. Em segundo lugar, a paisagem é um testemunho do passado do relacionamento entre os indivíduos e seu meio ambiente. Por último, a paisagem ajudaria a especificar culturas locais, sensibilidades, práticas, crenças e tradições (p. 51).

<sup>5</sup> Casas de arquitetura tradicional swahili, com cobertura de palha vegetal de folha de palmar denominado localmente por macuti. A parte sul da Ilha de Moçambique é denominada de cidade de macuti por conta da presença desse tipo de habitações.

Na transição do século XIX para o século XX assistiu-se à instalação das confrarias islâmicas na Ilha de Moçambique e a uma progressiva expansão para as regiões continentais, tendo com isso provocado um grande impacto na identidade cultural das populações. Desde os tempos passados, as confrarias são um importante veículo de disseminação da tradição e cultura islâmicas e das diferentes formas de organização social e expressões culturais. De referir que existem duas importantes ordens de confrarias, correspondentes às duas primeiras que se estabeleceram na zona: a Xadulia, de origem egípcia (séculos XII-XIII), mas aqui estabelecida através das Comores em 1897; e a Cadiria, de origem iraquiana (século XII), aqui estabelecida por via de Zanzibar desde 1904. Segundo Pereira (1988), por volta do ano de 1940, estas confrarias deixaram de estar dependentes das suas sedes iniciais, assumindo deste modo a respectiva autonomia religiosa.

A este propósito, relembra-se que a prática de danças, como o N'sope<sup>6</sup>, o Tufo<sup>7</sup> e o Mualide Nakira<sup>8</sup>, são de notória influência do Islamismo presente ao longo dos tempos e associados às particularidades swahili. Estas expressões artísticas, cuja importância social e cultural resultam da sua adequação às diversas formas de organização familiar e social local e enquanto marcadores do relacionamento inter-géneros, são na história oral local referenciadas como presentes na região desde as primeiras décadas do século XX, sendo como tal associáveis à expansão popular do Islamismo e às novas formas de ritualização da vida social (CESO-CI 20099).

Atualmente o Tufo é a dança tradicional mais praticada na Ilha de Moçambique e em quase todo o litoral da Província de Nampula, o que evidencia uma forma de empoderamento da mulher e, também, uma importante fonte de rendimento familiar. Com o turismo cultural e comunitário na Ilha de Moçambique a dança Tufo constitui uma importante oferta para os visitantes e que a ela anda associada quase sempre à gastronomia local, bem como à ourivesaria artesanal.

<sup>6</sup> Dança feminina executada por movimentos de salto à corda ao ritmo de canções tradicionais.

<sup>7</sup> Dança de origem árabe e atualmente praticada na Ilha de Moçambique e litoral norte de Moçambique por grupos de mulheres organizadas em associações e grupos culturais.

<sup>8</sup> Dança executada por homens com uma preparação específica. A dança apresenta movimentos de introdução de instrumentos perfurantes no corpo dos executantes sem com isso provocar nenhum tipo de lesão corporal.

<sup>9</sup> Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique, elaborado em 2009, e que antecedeu o primeiro Plano de Gestão e Conservação do Património 2010-2014.

### **Jardim espaço de socialização e educação patrimonial**

Como é do conhecimento geral, qualquer ação de educação patrimonial é precedida pela identificação e classificação de um determinado bem cultural, tendo em consideração o interesse coletivo na sua salvaguarda.

Para o caso de Moçambique, um país que integra uma diversidade cultural significativa e dispersa, a identificação e valoração do património cultural nacional não é um processo linear, mas sim complexo e suscita diferentes leituras e interpretações (Macamo *et al.*, 2025).

Assim, a educação gravita em torno de manifestações e atividades desencadeadas pelas comunidades. Como é do conhecimento geral, o Património Cultural é tido como importante elemento de identidade e a educação deve assumir um papel determinante para a sua salvaguarda, através das diversas ações que podem ser levadas a cabo pelos detentores das referências culturais do território. Concorda-se, por isso, com Rios (2025) quando refere que

tais práticas, quer as tradicionais quer as que emergem no âmbito da sociedade digitalizada concorrem, significativamente, para a “produção e reprodução da identidade coletiva. Elas operam como mecanismos de mediação entre o passado e o presente, entre a memória e a ação social, assegurando a continuidade das experiências compartilhadas e a articulação de sentidos coletivos” (p. 3).

Nesta linha de pensamento, Peregrino (2012) entende que a educação patrimonial poderá ser um alicerce para a construção de conhecimento, individual e coletivo, promovendo no “indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo (...) o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural” (p. 5). Igualmente Scifoni (2018) entende que em educação patrimonial é preciso dar importância à sensibilização das novas gerações, visando a necessidade de preservação do património cultural, bem como da cultura, da identidade e da memória.

Nessa perspectiva, Macamo *et al.* (2025), entendem que

preservar esses lugares têm contribuído para afirmar uma ligação do passado ao presente, evocando uma visão plural da longevidade cultural vivida pelas comunidades que hoje compõem Moçambique (...) e, esse papel de património está intimamente relacionado com a construção e o reforço de identidades presentes no tecido social moçambicano, que se definem pela unidade na diversidade cultural (p. 66).

Por isso, acredita-se na importância de serem traçadas diretrizes e orientações técnicas com vista a uma educação patrimonial com a intencionalidade de alcançar resultados eficazes, destacando-se, por exemplo, o papel determinante do Centro Internacional para a Interpretação e Apresentação dos Sítios do Património Mundial (WHIPIC), Centro de Categoria 2, sob auspícios da UNESCO, na República da Coreia.

Sublinhe-se que uma das estratégias que tem sido implementada pelo WHIPIC, reside no uso do design de ferramentas tecnológicas diversas para tornar o património cultural e natural cada vez mais acessível, compreensível e significativo para as comunidades, reforçando desta forma a memória e a identidade cultural.

Com o mesmo objetivo do WHIPIC, existe igualmente em África, um centro de categoria 2 da UNESCO, denominado Fundo do Património Mundial Africano, com sede na África do Sul e que tem vindo a desenvolver/promover ações de capacitação e financiamento a projectos culturais, entre outras acções neste âmbito.

A este propósito, Muocha (2014), destaca duas dimensões para o entendimento da educação patrimonial (a interpretação e a apresentação). A interpretação caracteriza-se por uma série de atividades desenvolvidas com o objetivo de aumentar a consciência pública e fortalecer a sua compreensão relativamente aos bens e sítios do património cultural, podendo ser feita através de aulas públicas, bem como a partir do desenvolvimento de programas educacionais (formais e informais) e, ainda, através de pesquisas com a participação da comunidade.

Por outro lado, a apresentação consiste na comunicação do conteúdo da informação, de forma cuidadosa e planificada, promovendo formas interpretativas e a facilitação de acesso aos bens e aos sítios do património cultural.

Para tanto, note-se que, a participação ativa da comunidade é um fator determinante para a consolidação dos processos de proteção e valorização do património (Alcolete et al., 2025).

De referir que a educação patrimonial alicerçada na custódia tradicional, enquanto modelo de gestão do património, é na atualidade regida por sistemas políticos, sociais, religiosos e éticos dentro das comunidades locais (Jopela, 2014). Acrescenta, também o mesmo autor, que a custódia tradicional diz respeito “à gestão do património cultural levada a cabo pelas comunidades locais, através de conhecimentos e práticas de expressão cultural local” (p. 55).

Importa, igualmente, referir que a custódia tradicional, procura entender as necessidades do dia-a-dia, nomeadamente, no que se refere ao uso e práticas das comunidades e tendo em conta os direitos de utilização e aproveitamento dos recursos históricos, naturais e culturais existentes e disponíveis localmente (Jopela, 2014).

Quiçá, pela mesma razão, Florêncio (2012), considera importante que os processos educacionais apostem em ações efetivas e integradas com as demais dimensões da vida das pessoas, pois o entrecruzamento entre memória e cultura permite que “valores, saberes e experiências sejam compartilhados entre gerações. Tal processo, mais do que conservar um passado fixo, promove a ressignificação constante do vivido, ajustando a identidade às demandas e transformações do presente” (Rios, 2025, p. 13).

Nesta lógica, o Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique (2022-2027), destaca como objetivos interpretar, divulgar e disseminar, a nível nacional e internacional, o significado do Património Natural e Cultural, com a finalidade de melhorar o conhecimento dos habitantes sobre a importância, os benefícios e os condicionalismos de viver numa Cidade do Património Mundial.

Desde a sua instalação na Ilha de Moçambique, no ano de 2007, o Jardim da Memória da Escravatura tem sido usado para variadas funções, o que conduz a diferentes formas de interpretação e apropriação do espaço pelos diferentes utilizadores (Ngoenha, 2022).

A sua apresentação às comunidades da Ilha como um espaço de domínio público, torna o espaço um lugar apropriado para a realização de eventos comunitários, em torno da educação patrimonial, igualdade de género, educação infantil, associativismo juvenil e empreendedorismo social e cultural.

Enquadrado no conjunto patrimonial da Ilha de Moçambique, o JME é, sem dúvida alguma, também um importante recurso turístico da cidade, sendo um dos lugares de destaque nos diversos roteiros turísticos.

A ideia de conhecer para preservar constitui o fio condutor que norteia toda e qualquer ação de educação patrimonial, mesmo que alguns autores questionem o alcance desse princípio, passando a ideia de que as pessoas têm desconhecimento do passado. Em torno dos vários questionamentos colocam-se questões ligadas ao interesse em conhecer os valores e atributos deste lugar, bem como importa compreender e conhecer a forma como as ações de conscientização são levadas a cabo pelos diversos interessados.

Dependendo da forma como os valores, a história e cultura são transmitidos e, consequentemente, apropriados pelas comunidades, implicará (ou não) uma determinada maneira de preservar e respeitar a herança cultural. A este propósito, Zanirato (2018), sublinha que quase sempre essa circunstância é marcada por uma realidade caracterizada por “patrimônio instituído” e “patrimônio vivido” (p. 12). No primeiro caso, para a autora, são as autoridades competentes que definem o que deve ser preservado, mobilizando as comunidades para uma aceitação, caracterizada por uma ativação patrimonial e no segundo, a apropriação parte da iniciativa das próprias comunidades através da identificação de sentido de pertença enraizado na sua relação com o monumento.

Como referido anteriormente, o Jardim da Memória da Escravatura assume, atualmente, um papel importante no contexto da Ilha de Moçambique e o seu valor histórico, cultural é, antes de mais, social materializa-se nas diferentes formas de utilização pela comunidade. Assim, é sem dúvida assertivo afirmar que o JME para além do seu aspecto simbólico, funciona igualmente como um espaço de socialização e resgate de uma identidade perdida e esquecida no processo de patrimonialização da Ilha de Moçambique.

A socialização referida é marcada, na atualidade, pela multiplicidade de ações que tem no Jardim um palco de exibição, a começar pelas atividades educativas das escolas locais e dos nos diversos níveis de ensino (pré-primário, primário, secundário e superior). Por outro lado, a comunidade local e, de forma particular, as associações e grupos culturais, bem com algumas ONG, idealizam as suas atividades tendo como palco de implementação o JME, considerando que é encarado como um espaço de domínio público e com

uma história rica a ser contada e interpretada, bem como reconhecida e valorizada. Daí que é importante a sua promoção, desde logo como um recurso turístico e, sobretudo, como um lugar de memória a que são devidos laços de pertença e apropriação pelos diversos grupos sociais locais.

Nessa perspectiva, Macamo, *et al.*, (2025) explicitam que:

Se a reação à globalização colonial parece ter gerado, numa primeira etapa, a importância do imaginário nacional em Moçambique, esta leitura interferiu determinantemente nos conceitos de identidade individual e colectiva e, portanto, nas memórias coletivas (p. 70).

Face ao que foi dito, torna-se imperioso preservar a riqueza do património edificado na Ilha, guardando a memória(s) do papel e da desumanidade que marcaram a escravidão, tendo em conta a preservação da identidade cultural e dos símbolos materiais que perduram até aos dias de hoje no território.

## TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Trata-se de uma pesquisa de âmbito qualitativo pois centra-se na compreensão das intenções e significações, crenças, opiniões, percepções, representações, perspetivas e conceções, (Amado, 2014).

O ponto de partida é a constatação da existência de diversas leituras sociais e culturais que se fazem em torno do Jardim da Memória da Escravatura (JME) como um espaço de domínio público e que, por isso, é suscetível de diversificadas interpretações pelas comunidades locais e outros utilizadores do espaço, entre eles os turistas que visitam este lugar, referido vulgarmente de Sítio do Património Mundial<sup>10</sup>, ou seja, Ilha de Moçambique. Partindo do reconhecimento de que a memória colectiva avança sempre alicerçada nas vivências passadas a partir das quais se constrói o presente, optou-se por questionar e interpretar as memórias do passado e do presente, na percepção dos atuais residentes. Relembra-se que um dos objetivos da Política de Monumentos em Moçambique é a promoção e valorização dos monumentos, como fonte de identidade nacional.

Nesse sentido, o processo iniciou com a revisão bibliográfica e estudo documental sobre a temática do Património Cultural, dando primazia à tradição oral em que foi possível obter dados e conhecimentos sobre as diversas utilizações do espaço, (re)lendo e interpretando narrativas que resultam do

<sup>10</sup> Terminologia que na versão inglesa “World Heritage Site”, se refere aos locais inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO.

sentido de pertença que vem sendo construído ao longo do tempo, influenciado pelas dinâmicas sociais e culturais da Ilha de Moçambique. Admite-se que, em última instância, estes processos investigativos contribuem para a interpretação e salvaguarda do património cultural (i)material da cidade.

Por outro lado, foi igualmente realizado um levantamento in loco para analisar o estado de conservação do monumento e a sua inserção urbana, complementando com fotos aéreas com recurso a um drone. Significa que se utilizou, também, o método de observação participante o que possibilitou um contacto direto com os sujeitos envolvidos (moradores locais, grupos culturais, artesãos, professores, guias turísticos). Desta forma, pretendeu-se, não apenas, perceber as diversas atividades levadas a cabo no espaço, mas também os diversos significados e narrativas produzidas em torno do JME, numa aproximação à pesquisa etnográfica.

Ao falar de pesquisa etnográfica, adotou-se o pensamento de Freebody, (2003) que refere que este tipo de abordagem explora um determinado campo durante bastante tempo, onde novas questões surgem e ao mesmo tempo apresentam-se novas oportunidades analíticas e, com isso, novas abordagens para a análise são indicadas. Sendo a etnografia um trabalho mais de caráter indutivo do que dedutivo, no dizer de Woods (1999), “os etnógrafos não sabem o que vão encontrar” (p. 17).

Para a recolha de dados recorreu-se à entrevista semiestruturada como sendo um dos mais poderosos meios para se chegar ao entendimento dos seres humanos, bem como para a obtenção de informações nos mais diversos campos.

Nesta contextualização, Amado (2014) evidencia que:

Na entrevista semi-estruturada ou semi-directa, as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar uma grande liberdade de resposta ao entrevistado (...) As respostas vão ao encontro de um pequeno número de categorias pré-estabelecidas, de modo a tornarem rápida e eficiente a sua análise (p. 208).

A escolha da entrevista possibilitou a exploração de informações relevantes prestadas pelos participantes e, ao mesmo tempo, podem desvendar ou trazer à tona outras linhas de investigação e até alcançar uma profundidade maior sobre a temática em estudo.

## Contexto da pesquisa

Tal como já foi sublinhado, este estudo incide sobre o JME, um lugar/monumento que se enquadra no conjunto arquitetónico da Ilha de Moçambique. Desde a sua criação em 2007 o JME tem sido utilizado pela comunidade da Ilha e para diversas atividades, o que demonstra a sua relevância social e o seu caráter referencial identitário no contexto de uma cidade declarada Património Mundial pela UNESCO em 1991.

Apesar do JME ser um espaço muito frequentado na Ilha, por estudantes e pesquisadores em contexto de visitas de estudo e turismo, mantém-se uma fraca produção científica o que, consequentemente, resulta num défice de divulgação de temas e estudos ligados ao monumento. Entende-se, pois, que este facto, cria uma barreira para a promoção do monumento, bem como para a divulgação e (re) interpretação da história da escravatura quer pelos habitantes da Ilha, quer por pessoas de outras geografias. A par da Fortaleza de São Sebastião, o Fortim de São Lourenço, o Museu da Ilha de Moçambique, o Crematório Hindu, a Capela de São Francisco Xavier e vários outros monumentos, da Ilha de Moçambique e da Zona Tampão de Mossuril, o JME tem despertado o interesse e a curiosidade dos habitantes da Ilha e dos visitantes deste Sítio do Património Mundial. Nesse sentido, a presente pesquisa pretende contribuir para a compreensão da importância do JME, considerando os objetivos anteriormente referidos e, igualmente poderá servir de material pedagógico para o uso dos guias turísticos na explicação da história do monumento aos visitantes, pois, “a educação deve procurar tornar o indivíduo mais consciente das suas raízes, a fim de dispor de referências que lhe permitam situar-se no mundo, e deve ensinar-lhe o respeito pelas outras culturas” (Delors et al., 1996, p. 48).

Assim, é importante ressaltar a importância do conhecimento e valorização da cultura local como mecanismo que contribui, grandemente, para a inserção e coesão social nas sociedades africanas, e de Moçambique de forma particular. Desta forma, valorizar a cultura e as tradições na Ilha de Moçambique, mais do que ser um imperativo social é igualmente, uma forma encontrada para a preservação e divulgação do património material e imaterial.

## Participantes

Os participantes foram selecionados tendo como condição o facto de residirem neste contexto geográfico há 10 ou mais anos e cumulativamente serem utilizadores habituais do espaço. Esta circunstância entendeu-se que era de capital importância na medida em que garante o conhecimento da realidade e a forma como se vive e se experiencia a utilização e a apropriação, bem como a construção de sentido(s) de pertença em relação a este lugar. A idade dos entrevistados situava-se entre os 25 e os 38 anos.

Dos sete entrevistados na pesquisa, importa referir que cinco eram do sexo masculino e dois do sexo feminino, destacando-se o facto de na sua maioria possuir formação superior, em diferentes cursos de licenciatura, nomeadamente: Desenvolvimento Local e Relações Internacionais, Ensino de História, Hotelaria e Turismo, Animação Turística, Ação Social e Ensino Básico. Significa que cinco eram licenciados, um diplomado em ensino médio e um encontra-se a terminar a licenciatura.

Importa sublinhar que, por forma a salvaguardar os aspectos éticos foi garantida a confidencialidade dos entrevistados, através da utilização de códigos de identificação. Assim, M1 para morador 1; M2 para morador 2; M3 para morador 3; P1 para professor 1; P2 para professor 2; G1 guia turístico 1 e G2 guia turístico 2.

## APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

O processo de recolha de dados, nesta pesquisa, realizou-se a partir de entrevistas semiestruturadas, tal como já foi referido. As entrevistas foram direcionadas a três grupos de atores sociais, previamente selecionados, tendo como base a ideia de que eram sujeitos representativos dos habitantes da Ilha e, além do mais, considerou-se que eram cidadãos activos quer na utilização do JME quer porque desempenham profissões/ocupações que têm relação com o lugar. No total foram realizadas sete entrevistas envolvendo dois professores, dois guias turísticos e três animadores socioculturais (designados por moradores porque desempenham esta ocupação de forma ocasional). A escolha dos entrevistados baseou-se na premissa de que deveriam ser habitantes há dez anos (ou mais) neste território e utilizadores do espaço com frequência. Assim, a escolha dos professores resultou do facto de saber que aí desenvolvem atividades pedagógicas com os alunos.

Quanto aos guias turísticos é sabido que, com frequência, fazem trabalhos de visitas guiadas ao monumento e quanto aos moradores são reconhecidos, na comunidade, por desenvolverem actividades de animação sociocultural e dinâmicas de grupo no monumento. Pretendeu-se valorizar as vozes das participantes, na procura de apreender a riqueza do contexto de estudo, no sentido de uma abordagem que facilitasse uma compreensão holística deste lugar.

No que diz respeito ao tratamento de dados optou-se pela organização da informação em três categorias, partindo os pressupostos da técnica de análise de conteúdo que segundo Bardin (2016) relembra que “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissémico esconde-se um sentido que convém desvendar” (p. 14). Partiu-se de uma leitura flutuante a que seguiram outras mais exploratórias e interpretativas no sentido de realizar uma análise profunda e rigorosa das narrativas dos entrevistados.

Neste processo, realizado de forma manual, a informação foi sendo categorizada, utilizando tabelas e matrizes que ajudaram na sintetização, consolidação e devolução dos dados. Para tal a informação recolhida foi enquadrada nas categorias de análises que emergiram dos objetivos do estudo e haviam sido delineadas à priori, mas analisadas nesta última fase de tratamento da informação para averiguar se se atestava a sua conformidade. Assim, são as seguintes: a) história e significado; b) apropriação e narrativas; c) salvaguarda patrimonial, tal como se apresenta de seguida.

### **Percepção sobre a história e significado do lugar**

Esta categoria emergiu, essencialmente, das questões: a) sabe como surgiu este espaço? b) o que o monumento representa para si? e c) este é um lugar de afetos e do qual tem memórias? Pretendeu-se com esta categoria aferir o grau de conhecimento dos entrevistados em relação à criação deste espaço, bem como o significado que lhes atribuem.

Verificou-se que na sua maioria os entrevistados convergem no facto de assegurarem que se trata de um espaço criado e integrado no conjunto patrimonial da Ilha em homenagem às vítimas do tráfico de escravos, como se pode constatar nas respostas de M1 quando refere que o espaço foi concebido com intuito de nos lembrar a história da escravatura no Mundo e na Ilha de Moçambique. Acrescentar que M3 afirmou que o JME nasce com o intuito de fazer uma união entre os povos da costa oriental africana em torno do tráfico

de escravos que aconteceu no tempo colonial, para que algumas memórias não se percam. De referir que G1 comentou que sabia que surgiu de um financiamento pela Embaixada da França e através do que li e aprendi na escola e nas capacitações e conversas com pessoas mais velhas, sei que o JME é para lembrar o tráfico de escravos. Na mesma linha de auscultação G2 referiu que:

Tenho ideia para razão da criação do JME porque passaram pela Ilha várias pessoas que deram as suas vidas e por isso foi importante ter o espaço para lembrar as pessoas que passaram por aqui e de forma particular os escravos capturados em vários locais de Moçambique a Ilha era o local de passagem.

Ao serem questionados os professores verificou-se que P1 referiu que a Ilha de Moçambique é Património Mundial e esse monumento faz parte da história da Ilha e sobretudo, pelo tráfico de escravos. Relativamente a P2 sublinhou que sabia que:

o JME foi concebido por um Projecto iniciado em 2007 denominado Histórias Memórias nas Ilhas do Índico da UNESCO que começa nas Ilhas Reunião, passou por Madagáscar e visava o resgate da história da escravatura onde a Ilha funcionou como entreposto comercial e local de saída de escravos para diferentes partes do Mundo.

Como se verificou a maioria, dos entrevistados, atribuía e evidenciou a história e o significado do JME. De salientar que, apenas, M2 referiu não ter conhecimento sobre o monumento pois assumiu que: Utilizo o JME, mas não sei a razão da sua criação. Como nota de curiosidade refere-se que se tratava de uma utilizadora frequente e utilizava-o por razões de conveniência (pessoal ou social), pois aí desempenha, por vezes, as funções de animadora sociocultural. Revelou, contudo, não ter o domínio da história do espaço apesar de aí desenvolver atividades com jovens e crianças. Esperava-se, por isso, que fosse uma pessoa indicada para dar a conhecer o espaço, embora se admita que para defender a sua valorização fosse necessário um conhecimento histórico e aprofundado sobre o lugar. Neste caso, paradigmático interpreta-se esta situação particular numa perspectiva de simbologia da paisagem, que segundo Duncan (1980), as paisagens nunca têm um único significado, havendo sempre possibilidade de diferentes leituras, dependendo do interesse dos sujeitos sociais envolvidos.

No que diz respeito ao significado atribuído ao espaço, os entrevistados apresentam diferentes respostas, desde o uso do espaço para o exercício de reflexão (M1), realização de actividades de lazer e turismo (M2), identidade

cultural (G2), legado do passado que nunca deve ser esquecido (P2). Compreende-se facilmente que a resposta a essa pergunta muitas vezes é induzida pelas actividades que são realizadas no espaço envolvendo os entrevistados. Ressalta-se que nas palavras de M3 se tornou evidente o facto do JME representar, para si, um lugar de liberdade e encontro individual com a história e a cultura da Ilha. A este propósito, sobre o significado do lugar, ressalta-se o relato do filósofo moçambicano Ngoenha (2022) que descreve o conceito africano da natureza e dos lugares, inserido sempre num sistema de relações com o cosmos, com as plantas, com os animais e num sistema de relações sociais, ou seja, na ótica do autor, para o africano tudo é sagrado.

Na mesma linha de pensamento, recordam-se, ainda, as palavras de G2 quando afirmou que:

A nível pessoal é um monumento difícil tendo em conta o passado que carrega e quando as memórias que são reavivadas sobre o processo de escravatura (...) o que torna difícil para mim estar no monumento (...) mas como faz parte do meu trabalho tenho que arranjar forças para frequentar o espaço, tentando sempre me colocar na posição do turista que quer saber mais. Não é fácil falar sobre a escravatura porque mexe comigo porque já li e sei o que aconteceu.

Compreende-se a partir das respostas obtidas que a representação de um determinado lugar passa pela interiorização do seu significado e o estabelecimento de relações afectivas alicerçadas em aspectos das experiências pessoais e colectivas, o que Jeudy (2005) chama de “dever da memória”, afirmando que, “quando não suportamos mais viver com o que já passou, insurgimo-nos contra esse espelho das memórias bem-conservadas demais, que nos sitia e nos impele a contestar qualquer afastamento do presente” (p. 15).

Em síntese, dir-se-ia que a maioria dos entrevistados atribuiu significado a este lugar emblemático quer pelo que representa, para as gentes de Moçambique, quer pelo seu privilegiado enquadramento geográfico, ou seja, na zona central junto à Baía do Mossuril.

### **Apropriação e Narrativas**

Reconhecendo que é a partir de uma determinada maneira de apropriação dos bens culturais que resultam narrativas por parte dos sujeitos, nesta categoria, através das entrevistas aos utilizadores do espaço, como já referido anteriormente, exploraram-se as narrativas e identidades construídas em torno do JME.

Recorde-se que a Convenção do Património Mundial da UNESCO, de 1972, no seu artigo 27º enfatiza que os Estados-Parte da mesma devem esforçar-se, por todos os meios apropriados, através de programas de educação e de informação, de modo a reforçar o respeito e o afeto dos seus povos pelo património cultural e natural.

Este excerto da Convenção, enfatiza a necessidade de divulgação, promovendo uma apropriação dos bens e referências culturais dos lugares, concretamente, as populações dos territórios no qual esse património se encontra inserido. Nesta senda, Castiano (2005), refere que a apropriação pode ser entendida em dois sentidos, nomeadamente: i) pode significar o acto de se apoderar de alguma coisa, ou seja, de se tornar possuidor dela; ii) pode significar a apropriação de uma ação de adaptar alguma coisa, ou seja, de a tornar adequada a um determinado fim ou uso.

Para a presente pesquisa, a uso da terminologia apropriação, enquadra-se nos dois sentidos defendidos pelo autor, justificado pelo facto do monumento atualmente fazer parte do conjunto declarado Património Mundial pela UNESCO, desde 1991, o que pressupõe uma apropriação permanente por parte da comunidade local, bem como de outros interessados sobre as questões em referência. Por outras palavras, significa dizer que sobre o JME as comunidades da Ilha estão sujeitas a duas possibilidades de apropriação dos seus valores e atributos, ou seja, a forma como as comunidades utilizam o lugar conduz, indubitavelmente, à geração de sentimentos de pertença e identidade.

Sobre o uso do lugar salienta-se que para G1 e G2 usam o JME para as visitas guiadas com os turistas, enquanto P1, P2 referem que usam o espaço para trabalhos pedagógicos, no âmbito das atividades letivas e também atividades extracurriculares. Por outro lado, M1, M2 e M3 destacaram que o espaço é um recinto privilegiado para a realização de diversas atividades lúdicas com adolescentes e jovens da comunidade local.

Entendendo que “o fim da apropriação é tornarmo-nos donos legítimos da coisa apropriada” (Castiano, 2005, p.184), as entrevistas gravitaram em torno de três questões, nomeadamente: O que se conta sobre este espaço? (mitos, lendas, histórias); Tem usado esse monumento para alguma actividade. Se sim/ qual?; Como lhe parece que a comunidade olha para esse monumento?

Em torno da primeira pergunta colocada aos entrevistados, destaca-se o facto de todos afirmarem que sobre o lugar se contam mitos, lendas e histórias ligadas ao tráfico de escravos de Moçambique para as diversas partes do Mundo. No que concerne aos mitos, com exceção do entrevistado M2, igualmente os restantes entrevistados, relacionam o JME com o Djini, considerado na comunidade local como uma manifestação espiritual responsável pela existência da cidade e dos monumentos existentes, como é o caso da Fortaleza de São Sebastião, sendo o mais importante o chamado Muanante. Essa acepção pode ser aclarada e compreendida através do depoimento de G2:

Porque aconteceu muita coisa no passado a ideia de relacionar o Djini com o JME é porque as histórias impactaram sobre várias gerações. Algumas das histórias que são contadas são de difícil alcance para as atuais gerações. Por exemplo o mito da construção da Fortaleza segundo a qual ela foi construída por um espírito porque era impossível entender que o ser humano seja capaz de construir algo de grande dimensão enquanto o próprio Homem vive em casas pequenas.

Assim, mitos e a lendas existente na Ilha de Moçambique e que perduraram no tempo vão sendo associados ao JME e simbolizam, atualmente, já a crença de que aí existe um poder sobrenatural que está acima das capacidades do Homem. Na visão de Ngoenha (2022) trata-se de uma concepção animista, fazendo com que o Homem encare a terra como uma pessoa, um génio capaz de criar e proteger tudo. O Muanante<sup>11</sup>, considerado o Djini supremo pela comunidade local, por ser o responsável pela construção da Fortaleza de São Sebastião, é tido como uma referência identitária, o que na ótica dos entrevistados a crença nos mitos e lendas nunca pode ser colocada em questão quando comparada com a história oficial que se conta a respeito da construção da Fortaleza de São Sebastião, bem como do JME. Como se pode depreender, as diversas formas de apropriação do lugar concorrem para a construção de narrativas diversificadas, destacando-se em quase todas elas a relação entre o Homem e a Natureza, como expressão de uma simbiose consciente. Concorda-se com Ngoenha (2022), autor que afirma que o africano se sente “parte integrante da natureza e a sua ação inscreve-se num sistema de relações com o cosmos, com as plantas, com os animais e num sistema de relações sociais” (p. 53).

As respostas dos entrevistados da pesquisa convergem para uma visão comum em relação ao lugar, como sendo um espaço de sacralidade, e há testemunhos

<sup>11</sup> Termo que na língua local macua significa espírito.

que referem que acreditam que existem campas no lugar onde o JME foi edificado e isso faz dele um cemitério de escravos e, por isso, em algumas pessoas reina um sentimento de medo o que leva a que não frequentem o lugar (P2, G1 e G2).

### **Salvaguarda patrimonial**

A Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO 2003) entende que “salvaguarda” são as medidas que visam garantir a viabilidade do património cultural e imaterial, podendo caracterizar-se pela identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização e a transmissão através da educação formal e não formal, permitindo desta forma, a revitalização deste património pelas comunidades nos seus diversos aspectos.

A característica mais visível do JME é sem dúvida o seu edificado, marcado pela existência de elementos materiais no lugar, como por exemplo: bustos, placas descritivas, plantas, círculos, alpendres e selva. Todavia, estes elementos materiais encontram a sua explicação na história e memória da escravatura que está no cerne da criação do espaço. Assim, falar da salvaguarda do JME é falar em primeira instância da valorização e proteção da principal razão da sua existência, neste caso, a memória histórica do tráfico dos escravos.

Sobre a memória coletiva, Halbwachs (1969) refere que esta envolve as memórias individuais, mas relembra que não se deve confundir com elas. Mais adiante, o autor enfatiza a relevância social da memória coletiva afirmando:

Se o meio social passado não sobrevivesse para nós a não ser em tais anotações históricas, se a memória coletiva, mais geralmente, não contivesse senão datas e definições ou lembranças arbitrárias de acontecimentos, ela nos ficaria bem exterior (...) mas não é a mesma coisa com datas assinaladas no quadrante da história, que correspondem acontecimentos mais notáveis na vida nacional, que ignoramos algumas vezes quando se produzem ou dos quais reconhecemos a importância só mais tarde (pp. 55-57).

Descritos os aspectos ligados à apropriação e narrativas em torno do JME nesta categoria constituíram-se como elementos norteadores de discussão, duas questões, nomeadamente: a) considera importante salvaguardar/conservar este monumento? sim ou não? porquê?; b) o que entende que deve ser feito para garantir um maior conhecimento sobre o monumento e a sua utilização pela comunidade local?.

Em relação à primeira pergunta colocada, destaca-se que todos os entrevistados convergem no reconhecimento da importância da salvaguarda do lugar porque isso permitirá guardar e transmitir a história e a identidade cultural, contribuindo assim para o conhecimento das próximas gerações que terão a oportunidade de usufruir das informações e memórias relativas ao espaço e à razão da sua construção.

Nesta ordem de ideias, um entrevistado evidenciou no seu discurso o seguinte: considero de capital importância por conta do significado do monumento para a comunidade local, bem como o contexto mundial, da costa oriental africana por guardar memórias do nosso passado e que não podem ser perdidas. É importante para as comunidades também por causa das manifestações culturais que aqui acontecem (M3).

Analizando a convergência no reconhecimento da importância da salvaguarda do lugar, bem como a notável preocupação com as próximas gerações, constata-se o ideal identitário presente nas comunidades, o que reforça a importância e necessidade de ações de educação patrimonial para a construção coletiva e democrática do conhecimento sobre o lugar, num contexto marcado pela diversidade cultural. Assim, um objetivo educativo tão ambicioso confronta-se com a complexidade dos grupos a educar, tais como: crianças, jovens, adultos, velhos e minorias (Carmo, 2014).

As respostas dadas pelos entrevistados conduziram-nos para a questão seguinte, estando evidente (como referido anteriormente) a necessidade de trabalhos de formação/educação sobre as questões do património junto das comunidades, com a intencionalidade de contribuir para que o lugar seja, amplamente, divulgado nas escolas e nos bairros e com uma atenção especial na parte continental (M1 e G1). Acresce sublinhar que importa ter sempre em mente que, os processos educacionais devem ter como foco o património cultural tornando-os mais efetivos e integrados com as demais dimensões da vida humana (Florêncio, 2012).

Concordando com o posicionamento de Florêncio (2012), e face aos testemunhos dos entrevistados parece ser fundamental que se aposte numa estratégia de educação (inter)cultural, como uma forma de educação para a cidadania, utilizando e valorizando os recursos tradicionais, incluindo a conservação tradicional do espaço, como aliados de uma educação formal.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em forma de síntese, relembra-se que esta trajetória investigativa pretendeu compreender o significado que a comunidade local atribui ao emblemático monumento, conhecido com “Jardim de Memória da Escravatura”, da Ilha de Moçambique. Nesse sentido, teve-se em conta as narrativas dos que habitam esse lugar.

Assim, o objetivo central deste artigo era compreender o significado do monumento para a comunidade, tendo-se verificado que existe por parte, da maioria dos entrevistados, a reconhecimento da sua importância social, associado à preocupação de salvaguardar e preservar este lugar. Numa leitura interpretativa, isto parece denotar que há alguma consciência sobre as razões da sua edificação. Denota que parece existir o dever de memória social e cultural em torno do tráfico de escravos, pelo que representa parte da identidade e tradição, bem como foi ressaltado o reconhecimento da força e influência dos antepassados para a existência humana no presente.

Relativamente ao primeiro objetivo específico (entender as diferentes formas de interpretação e apropriação sobre o espaço,) constatou-se que há diferentes formas de interpretação e apropriação sobre este espaço, materializadas em narrativas diversificadas. Este facto alinha-se, com o que sublinha Ngoenha (2022) quando evidencia que diferentes formas de utilização do espaço geram narrativas diferentes sobre os lugares, ressaltando-se que todos os entrevistados devolveram a percepção e valorização do caráter de sacralidade do lugar.

No que toca ao segundo objetivo específico (perceber se este espaço é ponto de referência e de identidade dos habitantes da Ilha), constatou-se, igualmente, a emergência de narrativas identitárias em torno do lugar, podendo tal facto oportunizar a (re)construção de novas narrativas em resultado de interpretações pessoais que muitas vezes contribuem para a consolidação da memória coletiva (Halbwachs, 1969) e, neste caso, tornando-o num lugar antropológico que significa dizer um lugar de (con)vivência e de existência humana. São espaços que falam da relação dialética mundo-lugar-sujeito, cuja apreensão na sua totalidade se torna um desafio à memória e historicidade dos lugares (Augé, 2009).

Tal como já foi referido, anteriormente, o JME é um espaço comunitário pelo que se devia garantir a utilização e fruição pública, mas alicerçadas em regras

de acesso que preservem este património, considerando a sua valorização e promoção. Averiguou-se que apesar de tudo os entrevistados manifestaram que, ainda, é pouco (re)conhecida a história do que ele pretendia representar e/ou representa face ao passado das gentes de Moçambique, o que sugere a necessidade de promover ações de educação patrimonial por forma a alargar o horizonte de conhecimento(s) e, consequentemente, uma utilização responsável e cidadã deste espaço enquanto lugar de memória (Augé, 2009). Esta lacuna ressaltou na maioria dos discursos dos entrevistados o que, igualmente, remete para a reflexão urgente que cabe aos responsáveis políticos e a outros agentes culturais. Por outro lado, percebe-se a necessidade de aperfeiçoamento das ações em curso relativas às questões de educação patrimonial, quer nas escolas, quer entre os habitantes da cidade.

Curiosamente, denotou-se, ainda, a existência de utilizadores do espaço que apenas o fazem por entenderem que reúne condições físicas apropriadas para a realização das suas atividades, mas revelaram alguma falta de conhecimento do real significado da história relativa ao lugar. Nesta linha de pensamento, Cachet (2018) defende que algumas vezes “esse património que parece parado na eternidade é na realidade constantemente reavaliado, reelaborado e reinterpretado para se adaptar aos desafios do presente” (p. 95).

Relativamente à educação patrimonial ficou evidente a necessidade da conciliação dos esforços desencadeados pelos setores informais e formais por forma a que a apropriação dos valores, significados e atributos do lugar sejam alargados a outras esferas sociais da comunidade.

Acresce sublinhar que se tornou evidente que existe pela parte da maioria dos entrevistados a preocupação com a salvaguarda do lugar, em parte pelo reconhecimento da sua importância social, bem como pelo dever da memória social e cultural em torno do tráfico de escravos, pelo que representa parte da sua identidade e tradição, bem como o reconhecimento da força e influência dos antepassados para a existência do(s) Homem(s) no presente. Esta ideia encontra eco em estudos anteriores realizados por autores moçambicanos e, anteriormente, mencionados (Alcolete, et al., 2025; Macamo, et. al., 2025; Muocha, 2014; Ngoenha, 2022).

Neste sentido, considera-se importante referir que os entrevistados, demonstram interesse em colaborar com as instituições responsáveis pela gestão do lugar, para a sua salvaguarda pois, no caso particular dos guias

turísticos, o lugar representa um elemento importante dos roteiros e fonte de rendimento financeiro.

Enquanto espaço de socialização, o JME deve servir de elemento de reflexão em torno da história moçambicana e, em particular, no que toca ao tráfico de escravos e, igualmente, contribuir para a promoção do património cultural matéria e imaterial da cidade, o que pressupõe a divulgação e valorização da sua existência, aliado a capacitação dos agentes culturais locais em torno da sua história e (re)significação no contexto local, nacional e global.

Como explicitado, anteriormente, o JME enquadrava-se num território inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO, desde 1991. Assim, apesar da sua criação ser posterior à data da classificação da Ilha como Património Cultural da Humanidade, o seu caráter e significado facilmente se encaixam nos atributos da cidade, o que por outras palavras, significa dizer que quer o edificado, quer o seu lado estético, quer a sua localização estratégica junto à Baía do Mossuril e o seu alinhamento com as rampas de embarque e desembarque de escravos e de outras mercadorias vindas da zona continental, constituem evidências da necessidade da sua salvaguarda por forma a manutenção do espírito do lugar, bem como a sua autenticidade e integridade.

Assim, espera-se que, de algum modo, os resultados obtidos a partir desta reflexão possam relembrar que importa contribuir para a promoção e valorização do lugar patrimonial, tendo em vista a importância do papel dos utilizadores e diferentes públicos envolvidos, visando uma consciencialização comunitária sobre a sua história e o seu significado. Para tal, torna-se decisivo que as ações de educação patrimonial sejam levadas a cabo nas comunidades, valorizando sempre as narrativas e saberes locais e, ainda, os mitos (re)construídos em torno da existência dos lugares emblemáticos, considerando que as populações são as detentoras das referências culturais de um povo.

## REFERÊNCIAS

- AMADO, J. (coord). *Manual de investigação qualitativa em educação*. 2 ed, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014.
- AUGÉ, M. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia do sobremodernidade*. Lisboa: Editora 90, 2009.

- ALCOLETE, I., et al. *À redescoberta do edificado da Ilha de Moçambique: resultados de uma experiência coletiva de caracterização*. 10º Congresso Luso-Moçambicano de Engenharia: CLME2025 - O Papel da Engenharia na Cooperação entre as Comunidades Lusófonas. Maputo, 2025.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo, Brasil: Edições 70, 2016.
- CACHET, S. Ilha de Moçambique uma herança ambígua. Alcance editores, 2018.
- CAPELA, J. O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904. Porto: Edições Afrontamento, 2002.
- CARMO, H. A educação para a cidadania no século XXI: Trilhos de intervenção. Editora Escolar. Lisboa: Portugal, 2014.
- CESO-CI. Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique. Maputo: BAD/MEC, 2009.
- DELORS, Jacques e outros. *Educação um tesouro a descobrir- Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*. Cortez Editora, São Paulo: Brasil, 1998.
- DUNCAN, James. The superorganic in American Cultural Geography. *Annals of the Association of America Geographers*. 70 (2), 1980, pp. 181-198.
- FOWLER, P. J. *World Heritage Cultural Landscapes 1992-2002*. UNESCO: Paris, 2003, 133 p. (World Heritage Papers, n.6). Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/series/6/>
- HALBWACHS, M. A Memória Coletiva. 2. Ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1969.
- FREEBODY, P. *Qualitative research in education: Interaction and practice*. London: Sage Publications, 2003.
- FLORÊNCIO, S. R. R. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In Tolentino, A. B. (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, pp. 22-29, 2012.
- PEREIRA, L. F. Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique – património histórico nacional em degradação acelerada. Arquivo 4: 5-12. 1988.
- MACAMO, S. et al. A conservação do património cultural imóvel em Moçambique: a emergência política do conceito e a evolução da sua aplicação. *RILP - Revista Internacional para a Língua Portuguesa* - n.º 47, pp. 65-86, 2025, <https://doi.org/10.31492/2184-2043.RILP2025.47/pp.65-86>
- MINISTÉRIO DA CULTURA E TURISMO. Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Mocambique. Maputo, 2022.

- MUOCHA, M. *A educação patrimonial no contexto da gestão do património cultural imóvel*. In. Jopela, et al., *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Ministério da Cultura- Direção Nacional do Património Cultural, 2014.
- NGOENHA, S. E. *O retorno do bom selvagem: uma perspectiva filosófica-africana do problema ecológico*. 2. Ed. Maputo: Ethale Publishing, 2022.
- JEUDY, H, P. *Espelho das cidades*. Tradução de Rejane Janowitz, Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- JOPELA, A. *Manual de Conservação do Património Cultural Imóvel em Moçambique*. Ministério da Cultura- Direção Nacional do Património Cultural, 2014.
- WINTER, R. *Paisagem Cultural e Património*. Rio de Janeiro: Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 2007.
- WOODS, P. *Investigar a arte de ensinar*. Porto: Porto Editora, 1999.
- RIOS, K. S. *Memória Coletiva em Movimento: Práticas Culturais e a Construção de Identidades Sociais*. Revista de Estudos Interdisciplinares [S. I.J, v. 7, n. 4, pp. 01–19, <https://doi.org/10.56579/rei.v7i4.1461>, 2025.
- SCIFONI, S. *Desafios para uma nova educação patrimonial*. In. *Revista Teias*, v. 18, n. 48, *Políticas e Práticas de Educação Patrimonial no Brasil e na América*, 2017.
- SOUMONNI, E. *As dimensões transatlânticas da história africana*. In. *Áfricas-histórias, identidades e narrativas*. Mattos, R. A (Org). Editora Prismas, Curitiba, 2017.
- ZANIRATO, S. H. *Patrimônio e identidade: retórica e desafios nos processos de ativação patrimonial*. Revista CPC, v.13, n. 25, pp.7–33, jan./set., 2018, <https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v13i25p7-33>
- Legislação nacional e internacional**
- Decreto nº 28/2006, de 13 de Julho. *Cria o GACIM e aprova o seu Estatuto Orgânico*. Conselho de Ministros
- Resolução nº 12/ 2010, de 2 de Junho. *Política de Monumentos*. Ministério da Cultura.
- UNESCO Convenção para a Proteção do Património Cultural e Natural Mundial. Paris: França, 1972.
- UNESCO. Convenção sobre a protecção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais, Paris, 2005.
- UNESCO. Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011.
- UNESCO. Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial. Paris: França, 2003.
- ICOMOS/ UNESCO. *World Heritage List: Island of Mozambique nomination*. 1990-1991

Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro. *Determina a Protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano*. Assembleia Popular

**Cláudio Zunguene:** é doutorando em Inovação Educativa pela Universidade Católica de Moçambique- UCM. Licenciado em Ensino de História pela Universidade Pedagógica de Moçambique (2004-2008); mestre em Preservação do Património Cultural pelo Centro Lúcio Costa- Escola do Património do Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Rio de Janeiro, 2019. Investigador no Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique- GACIM e Docente na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas- UniLúrio- Ilha de Moçambique. É Investigador do Projeto Internacional “Territórios Cuidando da Vida”, coordenado pela Universidade de Antioquia - Colômbia e o Coletivo de Educação para a Paz.

**Evangelina Bonifácio:** é professora adjunta convidada na ESEB - Instituto Politécnico de Bragança, Portugal, desde 2009, pós-doutorada em Ciências da Educação pela Universidade Católica de Portugal - Porto (2019) e em Ética e Educação pela Universidade de Salamanca (2016), doutora em Teoria e História da Educação pela Universidade de Salamanca (2009). Investigadora no CITeD - Centro de Investigação Transdisciplinar em Educação e Desenvolvimento, Instituto Politécnico de Bragança e do grupo de estudos «Memória e Proyecto de la Educación», da Faculdade de Educação, da Universidade de Salamanca. Participou em mais de 25 júris de teses de doutoramento como argente principal. Foi professora visitante na Universidade de Tiradentes (UNIT) no ano letivo de 2024-2025 Colabora com diversas instituições de ensino superior a nível nacional e internacional, destacando-se a UNIPIAGET - Moçambique, a Universidade Católica de Moçambique e a Universidade Federal de Grande Dourados (Brasil). Atualmente, é Investigadora do Projeto Internacional “Territórios Cuidando da Vida”, liderado pela Universidade de Antioquia - Colômbia e o Coletivo de Educação para a Paz.

**Texto recebido em:** 06/08/2025

**Texto aprovado em:** 24/12/2025